

Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)



NOVA DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO ?



Os economistas burgueses e a generalidade das publicações afectas ao grande capital começaram há já algumas semanas a defender uma nova desvalorização do escudo, completando a que foi decidida pelo Governo PS em 25 de Fevereiro, taxando-a de indispensável ao "relançamento da economia" e à superação da crise (à custa dos trabalhadores, bem entendido).

Na passada 5ª feira reuniu no Ministério das Finanças, um Conselho de Ministros extraordinário, com a participação de todo o Governo, onde este assunto, bem como a adopção de novas medidas de austeridade, foi provavelmente debatido.

No comício de 25 de Março em Lisboa, o nosso Partido havia previsto a inevitabilidade de uma nova desvalorização do escudo, como consequência dos decretos de miséria e fome promulgados e publicados pelos órgãos do poder não poderem resolver os objectivos que eles diziam propor-se. Atacados nessa altura de "desestabilizadores", os comunistas vêm agora confirmar-se as suas previsões científicas, como muito bem salientava o editorial do nosso órgão central "Luta Popular" da passada semana.

Os "teóricos" do grande capital, as diversas variantes de tecnocratas e os gestores dos monopólios propõem hoje abertamente a desvalorização do escudo. Se os ministros o negam, podemos e devemos retorquir que da mesmíssima forma procediam antes do 25 de Fevereiro e nem por isso o escudo se desvalorizou.

O escudo foi desvalorizado naquela data em 15%, se bem que, como o nosso Partido então demonstrou, o grau efectivo da desvalorização houvesse sido de 18%.

O QUE SE PASSOU APÓS O 25 DE FEVEREIRO ?

Uma das explicações correntes acerca da medida tomada da desvalorização do escudo era que, não obstante os efeitos nocivos imediatos para o povo trabalhador derivados de tal decisão (que se traduziam na subida generalizada dos preços, particularmente de bens importados), mesmo assim ela tinha uma consequência positiva traduzida na diminuição do défice sistemático da nossa balança comercial e na consequente manutenção das reservas portuguesas de pagamento ao exterior (nomeadamente as reservas de ouro).

Os resultados estão à vista: a balança comercial correspondente ao primeiro trimestre deste ano acusou um saldo negativo superior em 42% a igual período do ano transacto, subindo de treze milhões quinhentos e trinta e três mil contos para dezanove milhões duzentos e cinco mil contos. Mantendo-se este ritmo de endividamento, o défice da balança comercial portuguesa acusará um excesso negativo de trinta milhões de contos relativamente a 1976.

Estes dados que se referem a um espaço de tempo superior a um mês onde já agiram os efeitos da desvalorização comprovam o fracasso completo desta medida.

Diziam que a desvalorização iria reduzir as importações. Terá reduzido as importações de bens essenciais, nomeadamente os alimentares, que passaram a ser mais caros e, logo, menos procurados pelos trabalhadores, mas não atenuou o ritmo de endividamento do Estado burguês o qual acaba de contrair um vultoso empréstimo de



500 milhões de dólares junto dos E.U.A. e da R.F.A., enquanto negocia (ou mais exactamente mendiga) um outro, no valor de um bilião e meio de dólares. As dívidas aumentam e podemos dizer que o único efeito da desvalorização nesta matéria foi o agravamento da fome e da miséria do povo, para além de deixar de pé o progressivo empenhamento dos nossos recursos levados a cabo pelo Governo.

Diziam que a desvalorização incrementaria as exportações, o que implicaria um aumento da capacidade produtiva da nossa economia. Que vemos ?

Como consequência da política reaccionária dos novos e velhos latifundiários, a produção agrícola diminuiu consideravelmente este ano (o que vai impor possivelmente um acréscimo de importações de bens alimentares).

O desemprego tem evoluído vertiginosamente nos sectores destinados à exportação, como os têxteis, confecções e vestuário e electrónica, bem como na própria agricultura. Verifica-se uma diminuição da nossa capacidade produtiva reflectida no aumento do exército de desempregados.

As características antiquadas e a estrutura do aparelho produtivo e a crise mundial do imperialismo e do social-imperialismo impedem que a desvalorização se reflecta na variação positiva das exportações existentes enquanto influencia negativamente dois factores com que costumava contar tradicionalmente a nossa balança de pagamentos: as remessas dos emigrantes (muitos dos quais os países imperialistas se preparam para expulsar) e o turismo (cujas receitas previsivelmente diminuirão este ano).

Os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa não podem ser resolvidos nos quadros de uma economia capitalista, inteiramente subordinada ao imperialismo estrangeiro. Só uma política de contar com as próprias forças poderá, com a consequente alteração nas relações de produção, a imposição do controlo operário sobre a produção, a distribuição e consumo e da semana das 40 horas, terminar com os factores que servem ao Governo de pretexto para desvalorizar o escudo.

O Governo Constitucional fiel à sua natureza de classe, não está interessado em contribuir para impor a solução proletária da crise. Prefere escutar os conselhos do Banco Mundial o primeiro conselheiro da desvalorização do escudo, expressos no seu recente relatório sobre as exportações portuguesas (é significativo que este relatório apareça num momento em que se fala em nova desvalorização). Quer, sim, ainda mais exploração para os trabalhadores, em mais lucros para os exploradores, atacando as suas conquistas fundamentais e...impondo novas desvalorizações que o povo, cada vez menos iludido, combaterá com firmeza.

in "Luta Popular" de 26/5/77

Funchal, 2/6/77

O Comité Regional da Madeira do PCTP/MRPP

SEDE REGIONAL - Rua Serpa Pinto, 4 1º Dtº
FUNCHAL

ABM

ARQUIVO REGIONAL E
BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA